



REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças podem subir alíquota em 0,5 ponto

Ministro Haddad e relator no Senado, Eduardo Braga, se reúnem para fechar pontos da matéria, que deve ser votada na CCJ na próxima terça-feira. Com as exceções acatadas no texto, a fração-base do IVA tem tudo para chegar a 27,5%

» VICTOR CORREIA

Valter Campanato/Agência Brasil



Haddad (com Braga) citou cálculos da Fazenda que indicam a elevação de até meio ponto percentual. Para o ministro, é a reforma possível

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o senador Eduardo Braga (MDB-AM) reuniram-se ontem para acertar os ajustes finais no texto da Reforma Tributária. O parlamentar, que relata a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, alterou consideravelmente a proposta aprovada pelos deputados. Isso pode fazer, entre outras coisas, com que a alíquota-base do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) suba até 0,5%, podendo chegar a 27,5%.

Braga confirmou que pretende colocar seu relatório em votação na CCJ na próxima terça-feira. Segundo o senador, das 700 emendas recebidas, 250 foram acatadas. Um dos pontos mais polêmicos é a ampliação das exceções tributárias a diversos setores econômicos, sob pressão dos lobbies — o que deve causar, segundo Haddad, a elevação da alíquota-base, conforme estudo realizado pelo Ministério da Fazenda.

Depois da reunião, o ministro e Braga se disseram otimistas de que a matéria será aprovada até a próxima quinta-feira no Plenário do Senado. Com as alterações, terá de ser reenviada à Câmara.

“Fizemos um batimento ponto por ponto da Reforma Tributária. São detalhes na redação para evitar judicialização. Às vezes, uma proposta que ele (Braga) recebeu de última hora requer uma

avaliação de impacto. Mas estamos muito seguros de que o relatório está bem feito. Que vamos ter uma maioria boa no Senado e que vai ser possível promulgar a emenda constitucional ainda este ano”, disse o ministro.

Segundo Haddad, mesmo não sendo perfeita, a reforma será

um salto de qualidade significativo em relação ao sistema tributário atual. Ele calcula que o relatório de Braga passe no Plenário com mais de 60 votos favoráveis. O ministro observa que a alíquota média de imposto será menor para quase todos os setores, graças à redução nos litígios,

na sonegação de impostos e no custo para que as empresas cumpram as obrigações tributárias.

“Das mais de 700 emendas apresentadas, cerca de 250 estão sendo acatadas. Portanto, o relatório está sendo construído a muitas mãos pelos senadores, ouvindo sociedade, setores

produtivos, governadores e prefeitos. Também conta com uma grande articulação com o governo federal”, explicou Braga.

Exagero

Questionado sobre o aumento de até 0,5% da alíquota-base, o

ministro frisou que a posição do governo federal é contra o exagero no número de exceções tributárias, mas disse entender que, sem ceder e articular em alguns pontos, não é possível aprovar a reforma. Haddad destacou que os relatores da matéria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e Braga estão comprometidos com a aprovação.

“Eles sabem das dificuldades e sabem dos grupos de interesse que se manifestam ali. Ali, vocês sabem, o jogo é bruto. A posição da Fazenda é conhecida desde o começo: quanto menos exceções, melhor para o país. Mas, à luz da situação atual... Temos 27 sistemas tributários, cada estado tem o seu. Entendemos que, para compor uma maioria, depois de 40 anos de tentativa, você vai ter que contar votos”, frisou.

Braga, porém, negou que haja aumento das exceções, argumentando que chegou a reduzir algumas alíquotas diferenciadas e incluiu as “absolutamente necessárias” — e citou a exceção para o setor do saneamento básico. “Acho que o Senado está fazendo a contribuição na Reforma Tributária de forma equilibrada. Estabelecemos a revisão dos tributos a cada cinco anos para que possamos garantir que os benefícios, por meio de regimes diferenciados, possam ser avaliados pelo Congresso. Garantimos uma trava constitucional para que não haja aumento da carga tributária”, salientou o senador.

» Entrevista | BERNARD APPY | SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

“IVA será alto, mas menor que o imposto atual”

» HENRIQUE LESSA
» EDLA LULA

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, reconhece que a alíquota do Imposto de Valor Agregado (IVA) terá um valor elevado, em função das exceções incluídas no Parlamento. Mas entende que, ainda assim, será menor que o atual. A avaliação foi feita ao Podcast do Correio. “A alíquota vai ser alta, mas vai ser mais baixa do que se tem hoje. Se paga por um telefone celular, por exemplo, por volta de 45% de imposto, sem que se saiba que estamos pagando tudo isso de imposto”, explicou. Appy enfatizou que a carga tributária se manterá, mas prometeu que os ganhos em produtividade trarão uma queda nos preços ao consumidor final. O secretário afirmou que não há milagre: se amplia a alíquota ou se reduz o gasto, algo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse que não quer fazer. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O objetivo da Reforma Tributária é simplificar. Como vai afetar o dia a dia das pessoas?

A mais perceptível, é que, agora, ele vai saber quanto está pagando de imposto em qualquer bem ou serviço. Uma das características da Reforma Tributária é que o consumidor, finalmente, vai saber quanto está pagando de imposto. Mas o efeito mais

importante é o menos perceptível, que é sobre o crescimento da economia brasileira com a redução de custos para as empresas. Isso vai significar mais empregos e, no longo prazo, menores preços para o consumidor. No Brasil, por várias falhas, o sistema tributário investimento e exportação, tirando a competitividade da produção nacional. Por isso, o Brasil produz menos do que poderia e tem menos investimentos, menos fábricas. Estamos falando de um aumento do PIB brasileiro de 12 pontos, em 15 anos, só com a reforma.

A oposição diz que vai aumentar os impostos...

A reforma é feita de forma a manter a carga tributária global. Então, aquilo que se arrecada de imposto, hoje, como proporção do PIB, vai se manter. O consumidor está pagando o imposto e está pagando pela ineficiência do sistema atual.

O governo defendia o “cashback”. Isso morreu?

O projeto que está em discussão é do Congresso. O que o governo está fazendo é apoiar para viabilizar a aprovação. É verdade que o projeto original, a PEC 45, não tinha nenhuma exceção, a não ser algumas de caráter técnico. Isso seria o ideal e usar o máximo possível o cashback na devolução do imposto para as famílias. Mas como o Congresso

Khalil Santos/CB/D.A Press



optou por ter várias exceções, isso reduziu o espaço para a devolução desse imposto. Vai ter menos espaço, mas ainda vai ter algum. O relatório do Senado definiu que vai ter devolução na conta de luz para as famílias de baixa renda, assim como parte da cesta básica.

Qual será a alíquota do IVA? Vemos em outros países entre 20% e 25%. Aqui, algumas projeções falam em quase 30%. Teremos o IVA mais caro do mundo?

A pergunta que temos que fazer é: quanto pagamos de imposto quando compramos um celular hoje? Nossa estimativa é que,

se não tivesse exceção alguma, a alíquota ficaria entre 20,7% e 22%. Com as exceções introduzidas, foi para algo entre 25,5% e 27%. A alíquota vai ser alta, mas vai ser mais baixa do que a gente tem atualmente.

Por que o governo não define a alíquota?

Têm vários fatores que afetam a alíquota, que vão depender da regulamentação da Reforma Tributária. Como ela mantém a carga tributária total, quanto mais arrecadar de imposto seletivo, menor vai ser a alíquota da CBS. A regulamentação do imposto seletivo ainda vai ser feita por

le complementar. Outro fator é a sonegação e a inadimplência, que a gente espera que diminua com o novo sistema, com uma cobrança mais eficiente. Agora, a gente não consegue saber exatamente. Por isso, seria uma irresponsabilidade querer cravar uma alíquota.

Alguns estados aumentaram o ICMS para não perder arrecadação no IVA...

Na verdade, a reforma vai mudar a distribuição da contraparte do ICMS. Isso afeta a distribuição da arrecadação entre estados e municípios, mas tem uma transição extremamente longa, em que uma parcela decrescente da arrecadação é distribuída conforme a participação dos entes na arrecadação. Agora, aumentar a alíquota do ICMS dizendo que é para poder ter uma melhor base de participação, ao longo dessa transição, não é verdade — vamos ser claros. Nenhum governador quer ter o custo político de aumentar a alíquota para poder favorecer o governador que vai estar lá em 2033. Os estados estão aumentando a alíquota, hoje, porque perderam muita arrecadação no ano passado, com a limitação da alíquota incidente sobre eletricidade, telecomunicações e combustíveis.

Mas o presidente também está empenhando capital político.

Mesmo com efeitos para depois do governo, ele vai tentar a reeleição.

Espero que o atual governo tenha continuidade, mas você tem razão. O grosso do efeito da Reforma Tributária não é imediato. O governo está fazendo uma reforma que vai beneficiar o Brasil no longo prazo, o que é importante. O governo está sinalizando que está investindo capital político para fazer algo que não vai aproveitar todo efeito político positivo. Mas tem, sim, algum efeito positivo agora, porque a aprovação da reforma tem um efeito sobre as expectativas. No curto prazo, sobre os investimentos, sobretudo os externos, tem efeitos sobre a taxa de câmbio, sobre os juros de longo prazo, o efeito de antecipação da tributária gera mais crescimento.

Como estão as negociações da reforma no Senado?

O senador Eduardo Braga tem feito um trabalho muito importante de construção de um ambiente político favorável à aprovação. Fazemos um trabalho de apoio ao que o senador tem feito para viabilizar a aprovação. Inclusive, o ministro Fernando Haddad tem participado ativamente das negociações.

Há tempo hábil até o fim do ano?

Acredito que sim, acho que está sendo feito um trabalho para viabilizar a aprovação ainda este ano.



Capte a imagem do QR Code e assista toda a entrevista no Podcast do Correio